

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.527.823 - DF (2019/0178757-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : SHELTER SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA
AGRAVANTE : SUL SERVICE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA
ADVOGADOS : THIAGO TABORDA SIMÕES E OUTRO(S) - SP223886
GUILHERME PELOSO ARAUJO - SP300091
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA SOBRE SALÁRIO-MATERNIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. TEMA 72. RETORNO DOS AUTOS, SOBRESTANDO-OS NO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 1.040 DO CÓDIGO FUX.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto por SHELTER SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA. e outra, com fulcro no art. 105, III, *a* da Constituição Federal, objetivando a reforma de acórdão do TRF da 1a. Região, assim ementado:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, PARA O RAT E DEVIDAS A TERCEIROS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE VALORES PAGOS A TÍTULO DE PRIMEIROS QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O AUXÍLIO-DOENÇA/ACIDENTE, ADICIONAL DE FÉRIAS, FÉRIAS INDENIZADAS E ABONO DE FÉRIAS DO ART. 143 DA CLT. INCIDÊNCIA SOBRE SALÁRIO-MATERNIDADE E FÉRIAS. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. INEXIGIBILIDADE. COMPENSAÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE RECOLHIDOS. LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO ENCONTRO DE DÉBITOS E CRÉDITOS. ACRÉSCIMOS LEGAIS. MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

1. *O simples fato de constar na Lei 8.212/91 que as verbas não integram o salário-de-contribuição não configura ausência de interesse de agir das impetrantes, uma vez que não elide o não recolhimento da contribuição previdenciária sobre tais verbas. Precedente: AC 0000958-65.2008.4.01.3807/MG, Rel. Desembargador Federal Leomar Barros Amorim de Sousa, Oitava Turma, e-DJF1 p. 317 de 08/06/2012. (AP 0019265-11.2010.4.01.3900, TRF1, Oitava Turma, Rel. Des. Fed. José Amilcar Machado, e-DJF1 09/12/2016).*

Superior Tribunal de Justiça

2. *Válida a aplicação do prazo prescricional de 5 (cinco) anos da Lei Complementar 118/2005 às 111 ações ajuizadas a partir de 09/06/2005 (RE 566.621/RS, STF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ellen Gracie, Repercussão Geral, DJe 11/10/2011).*

3. *Indevida a incidência de contribuição previdenciária sobre o abono constitucional de terço de férias e sobre a retribuição paga ao empregado durante os primeiros quinze dias de afastamento por motivo de doença ou acidente. Precedente do STJ em recurso repetitivo (REsp 1.230.957/RS).*

4. *Havendo previsão legal expressa no art. 28, § 9º, d, da Lei 8.212/91 de que as férias indenizadas não integram o salário de contribuição, não deve incidir a contribuição previdenciária sobre tais verbas. Precedentes.*

5. *Devida a incidência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de salário - maternidade e férias. Precedente do STJ em recurso repetitivo (REsp 1.230.957/RS).*

6. *Incabível a exigência de contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado. Precedente do STJ em recurso repetitivo.*

7. *Deve ser afastada a incidência de contribuição previdenciária sobre as verbas recebidas a título do abono de férias previsto nos arts. 143 e 144 da CLT, tendo em vista que por previsão legal expressa não integra o salário de contribuição, nos termos do art. 28, § 9º, e, item 6, da Lei 8.212/91. Precedentes.*

8. *Em razão da identidade de bases de cálculo entre as contribuições previdenciárias, as contribuições para o RAT - Risco Ambiental de Trabalho (antigo SAT) e as devidas a terceiros (FNDE, INCRA, SESC, SENAC, SEBRAE), reconhecida a inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre parcelas consideradas como de natureza indenizatória, inadmissível a incidência, também, dessas outras contribuições.*

9. *A compensação deve ser realizada conforme a legislação vigente na data do encontro de contas e após o trânsito em julgado, tendo em vista o disposto no art. 170-A do CTN (REsp 1.164.452/MG, julgado na sistemática do art. 543-C do CPC/1973).*

10. *Correção do indébito com observância do Manual de Cálculos da Justiça Federal.*

11. *Apelação parcialmente provida (fls. 227/228).*

Superior Tribunal de Justiça

2. Os Embargos de Declaração foram rejeitados (fls. 270/273).

3. Nas razões de seu Apelo Nobre inadmitido, as recorrentes apontam violação dos arts. 22, I e 28, § 9º. da Lei 8.212/1991. Defendem, em suma, a não incidência das contribuições previdenciárias sobre os valores creditados aos seus empregados à título de férias e salário maternidade (fls. 280). Pugna pela compensação dos valores recolhidos a maior pela recorrente, nos 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação.

4. Com contrarrazões (fls. 364/374), o recurso fora inadmitido na origem (fls. 435/436).

5. É o relatório.

6. Verifica-se que o tema dos autos - incidência da Contribuição Previdenciária sobre o salário-maternidade - é objeto de repercussão geral perante o STF (RE 576.967/PR, TEMA 72).

7. Com efeito, embora a existência de repercussão geral pela Corte Suprema não imponha o sobrestamento do Recurso Especial em matéria idêntica, inexistente óbice a que esta Corte determine a devolução dos autos à origem para a observância do art. 1.040 do Código Fux.

8. Assim, encontrando-se a matéria com repercussão geral reconhecida, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e esta Corte Superior, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso extraordinário afetado (AgInt no REsp. 1.366.363/ES, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 23.8.2017). Confira-se, ainda:

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL QUANTO AO TEMA VERSADO NO APELO ESPECIAL.

Superior Tribunal de Justiça

SOBRESTAMENTO DESTE ÚLTIMO COM DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA EVENTUAL E OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. *Podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, afetar o julgamento da matéria veiculada no recurso especial, faz-se conveniente que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da economia e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem para que ali, em se fazendo necessário, seja oportunamente realizado o ajuste do acórdão local ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte.*

2. *A parte agravante não logrou demonstrar, no caso concreto, a ausência de similitude entre o tema trazido em seu especial e o tema pendente de julgamento no STF com repercussão geral, pelo que se impõe a manutenção do sobrestamento ora combatido.*

3. *Agravo interno a que se nega provimento (AgInt nos EDcl no REsp. 1.589.873/CE, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 22.8.2017).*

9. Em face do exposto, determina-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão do Recurso Extraordinário citado, a Corte de origem proceda a novo juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1.040 do Código Fux.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR